

Edgar Pereira Coelho.

Pedagogia da correspondência: Paulo Freire e a educação por cartas e livros. Brasília, Liber Livro, 2011, 175 p.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2012.

Prezado Edgar.

Escrevo-lhe a respeito de seu livro *Pedagogia da correspondência: Paulo Freire e a educação por cartas e livros*. Será mais uma carta sobre a obra, pois tanto o prefácio do Gadotti quanto a apresentação do Romão foram feitos na forma de carta. Esta ideia me veio desde o primeiro momento em que folhiei seu livro, mesmo antes de tomar conhecimento do prefácio e da apresentação. Interessou-me sobremaneira sua proposta e, sobretudo, o modo original de escrever as “considerações finais” da tese da qual originou o livro, também elas em forma de carta dirigida a Paulo Freire. Só que agora estou mais ambicioso: pretendo escrever uma resenha sobre seu livro em forma de carta, dialogando com você. E, caso autorize, quero publicar esta resenha na revista *Linhas Críticas*, da UnB, que prepara um número especial para comemorar os 90 anos de Paulo Freire, que seriam completados em novembro passado.

Acredito que não nos conheçamos. Pelo menos não me lembro de termos sido apresentados; caso tenhamos sido, aceite minhas desculpas. De outra feita, talvez você saiba quem sou, porque circulo muito por eventos, e sempre me põem em mesas de debate. Na dúvida, não é demais uma pequena apresentação. Sou professor titular aposentado da Universidade Federal Fluminense, vinculado como pesquisador ao Programa de Pós-Graduação em Educação – situação acadêmica comum, atualmente. Segundo alguns amigos e meus alunos, sou um “histórico” da educação popular, hoje da educação de jovens e a adultos. Não posso negar esta condição, pois pertenço à geração que fez os movimentos de cultura e educação popular do início dos anos de 1960. Recém-formado, meu primeiro e seguramente meu melhor trabalho foi no Movimento de Educação de Base (MEB), desde os primeiros meses de 1961. Neste período conheci Paulo Freire e, como muitos, sempre acompanhei seus escritos e suas falas. De resto, a maior parte de minha vida profissional, inclusive na universidade, voltou-se para a educação de jovens e adultos. Além disso, nos últimos anos tenho me dedicado a recuperar a documentação relativa aos movimentos e experiências nessa área, divulgando-

a pela Internet aos interessados (se você ainda não conhece esse trabalho, veja [www.forumeja.org.br/Educação Popular](http://www.forumeja.org.br/Educação%20Popular)).

Voltando a seu livro: não há como examiná-lo senão como tese. Primeiro, por hábito; oriento teses há muito tempo e consegui transformar várias delas em livros. Segundo, porque a estrutura de tese foi mantida no livro. Isto não é nenhum problema; o mais importante é divulgar o trabalho de pesquisa a um público maior. E, no seu caso, a tese é extremamente original – não obstante a originalidade devesse ser característica obrigatória de toda tese. Sei como é difícil fazer algo novo e diferente sobre Paulo Freire, considerando tudo o que ele escreveu e tudo o que já foi escrito sobre ele.

Seguindo a mesma ordem de sua exposição, faço, inicialmente, algumas considerações sobre o “gênero literário carta”. Você o apresentou de maneira competente, distinguindo as cartas comuns das epístolas e criando o subgênero “cartas-epístolas”, para nele abrigar os livros escritos na forma de carta por Paulo Freire. Realmente, embora os quatro livros analisados sejam titulados como cartas – *Cartas a Guiné-Bissau*; *Cartas a Cristina*; *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*; *Pedagogia da indignação*: cartas pedagógicas e outros escritos –, apenas os textos inseridos no primeiro se configuram como tal. Mais ainda, as cartas têm destinatários individualizados, mesmo quando dirigidas a grupos ou quando encaminham relatórios. São expressamente cartas, no sentido comum, porque o autor dialoga com os destinatários e a eles pede respostas. Não acontece o mesmo com os demais, embora neles permaneça o “modo de diálogo”. Parece-me apropriado, então, designá-las como “cartas-epístolas”, à moda das famosas e importantes epístolas de Paulo Apóstolo. Mas lhe prometi fazer algumas considerações. Vamos a elas.

Em primeiro lugar, reexaminei os livros referidos acima e reforço uma observação sua, à pág. 157, sobre a complementaridade entre os relatórios e as cartas. Em *Cartas a Guiné-Bissau*, a longa introdução corresponde à metade do livro. E, no primeiro parágrafo dela (p. 13, grifos meus), Paulo Freire assume explicitamente seu estilo e deixa claro sua opção política:

Esta introdução pretende ser, sobretudo, uma *carta-relatório* que faço aos prováveis leitores e leitoras deste livro, tão informal quanto as que o compõem [as cartas propriamente ditas, transcritas na segunda parte], Nela, *como se estivesse conversando*, tentarei, tanto quanto possível, ir fixando este ou aquele aspecto que me tem marcado em minhas visitas de trabalho a Guiné-Bissau, até bem pouco aviltantemente chamada pelos colonialistas portugueses de “província de ultramar”. Nome pomposo com que procuravam mascarar sua presença invasora naquelas terras e a exploração desenfreada de seu povo.

Ainda no mesmo estilo de carta-relatório, existe outro conjunto, “Quatro cartas aos animadores dos círculos de cultura de São Tomé e Príncipe”, publicado em A

questão política da educação popular, que você cita nas referências bibliográficas¹. Nele, Paulo Freire revela, mais uma vez, o hábito de retrabalhar as cartas, transformando-as em relatórios, a serem divulgados para um público maior:

Neste pequeno caderno, juntamos as cartas que, até agora, lhes tínhamos dirigido, a propósito de nosso trabalho político-pedagógico. Esperamos, desta forma, tornar mais fácil a necessária consulta às mesmas. Ao fazê-lo, porém, introduzimos uma ou outra alteração nos textos originais, no sentido de atualizá-los.

Em segundo lugar, observo que quase todos os exemplos de cartas famosas entre correspondentes ilustres, trazidos por você, são da literatura internacional. Tudo bem, você fazia uma tese e isto caiu bem nela. Mas foi muito parcimonioso, no caso brasileiro. Além das famosas *Cartas chilenas*, atribuídas a Cláudio Manoel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, cita apenas um exemplo nativo: a *Barca de Gleyre*, correspondência entre Godofredo Rangel e Monteiro Lobato. E lembra, de passagem, a correspondência de Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector, Manoel Bandeira. Realmente há poucos livros de grande valor literário reunindo cartas de escritores brasileiros, mas há conjuntos muito rico de cartas, algumas divulgadas em livros e muitas outras reservadas em centros de documentação, que são importantes testemunhos da história brasileira. Lembro-me, em particular, por usar com certa frequência em minhas aulas, da correspondência entre Monteiro Lobato e Anísio Teixeira², ambos entusiasmados com as “maravilhas” dos Estados Unidos da América do Norte dos anos de 1930, sonhando implantá-las no Brasil; e da correspondência entre Fernando de Azevedo e Paschoal Lemme, que contém informações preciosas sobre o momento vivido na educação brasileira que deu origem ao *Manifesto dos Pioneiros* de 1932³.

Sem querer ser presunçoso, dando-lhe exemplos de obras de que gosto e das quais me utilizo, lembro ainda um livro extremamente interessante e importante, quase um diário escrito sob a forma de cartas: *Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*, de Ina Von Binzer⁴. A autora esteve no Brasil, ainda jovem, no final do século XVIII, como preceptora de filhos de fazendeiros, no interior de São Paulo,

1. Organizado por Carlos Rodrigues Brandão e editado pela Brasiliense, em 1980. Transcrição da pág. 136.

2. *Conversa entre amigos*: correspondência escolhida entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1986. Disponível na Biblioteca Virtual Anísio Teixeira.

3. Publicadas em *Paschoel Lemme*; memórias de um educador. V. 5 – Estudos de educação e destaques da correspondência. 2. ed., Brasília: INEP, 2004. Importante, nesses dois casos, dispor-se das cartas e das respostas a elas.

4. Publicado pela Editora Anhembi, em 1956, e republicado pela Paz e Terra, em 1994, sob o título *Os meus romanos, alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*.

depois professora em colégios femininos no Rio de Janeiro e novamente preceptora na cidade de São Paulo. Seu olhar estrangeiro sobre as famílias e o cotidiano de uma fazenda de café e da vida do interior, assim como suas surpresas, boas e más, particularmente da cidade do Rio de Janeiro, compõem um vivo retrato do Brasil daquele final de século.

Faço uma última consideração, a mais importante, no caso. Há alguns anos, no Recife, um doutorando me procurou para saber se eu teria cartas de Paulo Freire, escritas provavelmente no início dos anos de 1950. Segundo ele, seriam sobre problemas de educação, acontecidos em escolas e comumente enfrentados pelos professores – dificuldades de aprendizagem, disciplina etc. –, problemas que Paulo abordaria em cartas distribuídas a pais, mães, professores e professoras como base para discussão em reuniões com estes interlocutores, na igreja paroquial do bairro em que morava. Eu nada tinha e nada sabia sobre isso. Lendo seu livro, lembrei-me deste fato e garimpei *Cartas a Cristina*, em busca de alguma pista. Achei, na página 121, não exatamente uma resposta ao que me havia sido perguntado, mas algo próximo, que comprova a utilização de cartas como um “estilo” de trabalho. Paulo Freire relata sua passagem pelo Serviço Social da Indústria (SESI), no final dos anos de 1940 e início dos anos de 1950, quando já praticava os círculos de debate. No entanto, confessa que, ainda preso ao costume de expor os temas, sentia a dificuldade de ser entendido por pais e mães, e às vezes também por professores e professoras. Depois de um rico questionamento de um pai, diz ter passado a preparar com as professoras, em forma de cartas, a temática fundamental a ser discutida com os pais e mães, na reunião seguinte. E relata:

No outro dia, na sede da Divisão, preparávamos o que passamos a chamar Carta Temário, a ser assinada pelas professoras dos alunos e endereçada a cada pai e mãe. De modo geral, apresentávamos o tema e, em seguida, duas ou três perguntas desafiadoras em torno dele.

Sugeríamos no fim da carta que os pais discutissem a temática da próxima reunião com seus companheiros de fábrica, os mais íntimos obviamente, com seus parentes, de modo que trouxessem, ao vir ao Círculo, não apenas sua opinião, mas também a de seus amigos.

Para mim fica claro, a partir desse depoimento, não só o uso das cartas como elemento de comunicação e instrumento de diálogo, mas também a prática de ampliar este diálogo entre professores e pais e mães para o entorno imediato. Desde muito cedo está presente o movimento de “publicizar” suas cartas, como você afirma a respeito dos livros-epístolas.

Dando um passo à frente, ainda seguindo sua exposição, considero bastante oportuna a seleção das duas categorias fundamentais utilizadas na análise da produção de Paulo Freire nos livros-epístolas e nas cartas: *diálogo e oprimido*.

Como você mesmo escreve, na pág. 62:

1º) o diálogo foi mais que um instrumento de comunicação humana, constituindo-se em verdadeira categoria dialético-dialógica;

2º) o oprimido, mais do que uma denotação ontológica do ente, foi para ele uma categoria histórica designativa de um ator, de um sujeito, que assim se comporta, ou que assim é configurado pelos contextos de opressão.

A primeira está presente em toda a ação de Paulo Freire, desde os tempos do SESI, pelo menos. A segunda é a marca mais forte em toda sua obra, motor da criação do “sistema de alfabetização” nos anos de 1960 e teorização marcante desde *Pedagogia do Oprimido*, de 1970, até suas últimas obras. Ambas se revelam também nas cartas selecionadas e analisadas por você, no Capítulo 3 de seu livro.

Em termos de uma tese, considero adequada a assunção destas duas importantes categorias retiradas da obra do próprio Paulo Freire, e não da de outros autores, e muito importante o modo como você se apropria destas categorias. Você as *assume* com naturalidade e as utiliza de maneira competente na análise dos livros e das cartas selecionadas. Este elogio justifica-se porque não é um “estilo” comumente encontrado em teses; muitas delas apresentam um “nariz de cera” teórico que nem sempre servem de base às análises feitas.

É realmente impressionante a reiterada utilização da *pedagogia do diálogo* e da *pedagogia do oprimido* em toda a obra de Paulo Freire, inclusive em suas cartas. E admiro sua tenacidade em garimpar o acervo da correspondência dele, disponível nos Institutos Paulo Freire e Vereda: cerca de cem escritas por ele e mais de mil recebidas, das quais você selecionou, para análise, 39 das primeiras e 38 das segundas. Considero oportunos tanto o critério de separá-las nos períodos “pré-exílio”, “exílio” e “pós-exílio”, como o de classificar de “ativas” as que foram escritas por ele, e “passivas” as por ele recebidas.

Quanto a esta parte de seu livro/tese, observo que o “modo” que você usou para apresentar cada uma das cartas selecionadas e comentá-las traça outra biografia de Paulo Freire. Da relação mais forte com familiares e amigos, nos dois primeiros tempos, à ampliação dos contatos dos últimos tempos, quando se tornou “cidadão do mundo”, vai-se conhecendo os vários “modos” de o mesmo Paulo Freire dizer, às vezes, as mesmas coisas. Como a maioria das pessoas, eu não conhecia as cartas de Paulo Freire. Agradeço a você a oportunidade de conhecê-las, ainda mais situadas no tempo e comentadas.

Na verdade, quero agradecer-lhe por seu livro. Eu o li e reli várias vezes, no todo ou em parte, como se deve fazer quando se trata de um texto importante. Todas as vezes foi uma leitura agradável, reveladora. Agradeço-lhe também ter-me feito reler Paulo Freire. E, confesso, também ler alguns textos dele primeira

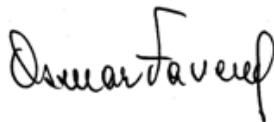
vez. Não me considere relapso; o problema é que ler Paulo Freire nem sempre é fácil. Ele não se repete, mas retorna muitas vezes aos mesmos temas, para complementá-los ou para revê-los. Não é difícil, então, dar-se conta de não ter lido alguma coisa, ou de não a ter lido bem. Ler ou reler é sempre um processo de descoberta, Paulo já nos dizia isto.

Por fim, vou me dar o direito de fazer uma observação menor sobre o livro: não sei se colocados por você ou pela revisora, em algumas transcrições há uns sic que considero, no mínimo, inoportunos, principalmente quando “censuram” algumas locuções verbais em cartas (por exemplo, na pág. 52: “duma”; na pág. 109, “lizo”, que já estava aspeado no original; na pág. 149, o final da transcrição de uma carta de um grupo de sem-terra). Se aceitamos que a linguagem usada em cartas pessoais é informal, às vezes bastante próxima da linguagem falada, e se respeitamos a “forma diferente” de recém-alfabetizados escreverem, muito próxima do modo de falar, não cabe, a meu ver, nenhuma “censura” nesses casos.

E fiquei pensando que ainda está faltando fazer – não sei se já feito ou se está fazendo – um trabalho equivalente àquele que você fez com os *livros-entrevistas* de Paulo Freire com Sérgio Guimarães, Ira Shor, Antonio Faundez, Myles Horton e outros, e com as muitas entrevistas por ele concedidas ao longo dos anos. Até as categorias fundamentais para a análise, diálogo e oprimido, talvez pudessem ser as mesmas.

Fico no aguardo de sua resposta sobre sua concordância em encaminhar esta carta para publicação.

Abraço,



Osmar Favero é graduado em Matemática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutor em Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professor titular da Universidade Federal Fluminense, aposentado, atuando como professor colaborador permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma Universidade. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em política educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: pós-graduação em educação, educação de jovens e adultos e educação popular. Email: ofavero@infolink.com.br
